



SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ

NOTIFISCO

Jornal dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná

Ano XXXIII | Nº 209 | Abril de 2016

Rua Alferes Ângelo Sampaio, 2580 - Bigorriho - CEP 80730-460 - Curitiba-PR

Social



O papel da mulher na sociedade é destaque no 27º Encontro do SINDAFEP

p. 12 a 14

Fisco



Fisco paranaense: um
histórico
de eficiência e trabalho
sério pelo estado

p. 3

Nacional



Frente parlamentar
deve fortalecer a
luta do Fisco pela
aprovação da PEC 186

p. 6

Nacional



Conselho da
Fenafisco encaminha
luta em defesa do
funcionalismo

p. 8

Sindical



Comissão estuda
proposta de mudança
estatutária do
SINDAFEP

p. 5

Sindical

SINDAFEP
ingressa com proposta
de negociação com
o governo

p. 11

Editorial

Palavras da diretoria

Enfrentamos várias dificuldades no ano passado e ainda procuramos vencê-las. O objetivo é manter, e até mesmo intensificar, nossa atuação na busca da solução das pendências que o estado tem com a nossa categoria, tais como os “bolões” e as “3.300 quotas”.

É necessário que os “bolões” sejam resgatados e a forma de pagamento seja definida com brevidade. Não é possível que ano após ano essa remuneração seja unicamente uma expectativa.

Já passou da hora de os valores dos “bolões” serem incorporados na folha mensal de pagamento. Trata-se de mecanismo simples e que não gera qualquer impacto financeiro ao erário. Por outro lado, resulta em pequeno acréscimo na remuneração dos Auditores novos, cujo salário inicial é o menor da categoria, se comparado ao de outros Fiscos estaduais e do Distrito Federal.

Atualmente, com a possibilidade de o poder público solucionar conflitos por meio de câmara de conciliação, encaminhamos, formalmente, pedidos de negociação à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), à Procuradoria Geral do Estado do Paraná (PGE), à Secretaria de Estado da Administração e Previdência (Seap) e à Parana Previdência – esta já nos encaminhou resposta afirmando que o ônus do pagamento é do Tesouro do Estado.

Foi realizada uma reunião com o secretário da Fazenda no último dia 5 de abril, ocasião em que reiteramos a solicitação de

solução das nossas pendências e sugerimos: a inclusão dos pagamentos dos “bolões” na folha mensal; o pagamento das “3.300 quotas” de forma parcelada; a readequação do salário inicial da categoria dos Auditores Fiscais.

O secretário, como lhe é peculiar, foi bom ouvinte e afável nas tratativas. Afirmou que as soluções virão de acordo com as disponibilidades financeiras e sempre com as soluções das demandas de outras categorias.

Nesse mesmo dia, em horário antecedente, mantivemos reunião com o diretor da Coordenação da Receita do Estado (CRE), quando tratamos dos mesmos assuntos e solicitamos o seu empenho para atendimento das nossas reivindicações.

Por outro lado, circula extraoficialmente a notícia de que a Sefa deve passar por reestruturação administrativa, cujas alterações devem refletir na atual formatação da CRE.

Pretendemos obter cópia do projeto que está em desenvolvimento e, com certeza, devemos nos opor aos pontos considerados como retrocesso. Participamos do movimento nacional da autonomia da administração tributária e não podemos caminhar na contramão do maior objetivo da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

A união de todos da categoria é a certeza de que mais forte nos tornaremos para obter sucesso em todas as lutas das quais participarmos.

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

José Carlos Carvalho

Vice-presidente Sindical:

Wanderci Polaquini

Vice-presidente de Administração:

Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Vice-presidente de Finanças:

Olávio Pires Pereira

Vice-presidente de Aposentados e**Pensionistas:** Delcídes Toneli

SUPLENTE

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Pedro Luiz de Paula Neto; Cláudio Tosatto; Clóvis Agenor Rogge.

CONSELHO FISCAL

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto Stadler.

SUPLENTE

Domingos Casselli Mansani; Luiz Ciruelos Sobrinho; José Antonio Sarturi.

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

Agenor Carvalho Dias; Reginaldo de França; Carlos Alberto Tomé Coradi; João Marcos de Souza; Cesar Augusto Konart; Fernando Takeshi Ishikawa; Ricardo de Freitas; Ademir de Andrade; José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato; Manoel Marques Neto; Wagner de Faria Lima; Genildo Duffeck Tibes; Paulo Sérgio Chagas Terra; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Plínio Luiz Faedo; Ademar Caetano da Silva.

SUPLENTE

Acácio Biu Filho; Sandra Regina Alves; Joaquim Antonio da Silva Maia; João Marcos Tripoli; Salvador Raymundo Marin; Evaldo Ernesto Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Márcio Antonio Ribeiro Rosa Mazini; José Carlos Guidotti; Luiz Antonio Marqueze; Edson Akinori Molimoto; Ignês Bruchez; Renato José Brisola; Lúcia Ana Pinquello; Fred Muniz; Erson Lopes da Silva.

SINDAFEP | 41 3221-5300

ABRIDOR DE LATAS

| www.abridordelatas.com.br

41 3026-0630

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Guilherme Mikami (SRTE 9458/PR)

Larissa Amorim (SRTE 9459/PR)

Larissa Knaipp

Rebeca Mileski

PROJETO GRÁFICO: Guilherme Mikami

DIAGRAMAÇÃO: Larissa Knaipp

TIRAGEM: 2.500 exemplares

Falecimentos

NELI MACHADO DE MELLO

06/02/2016

EUNICE DE MIRANDA WOLFF

19/03/2016

Fisco paranaense: um histórico de eficiência e trabalho sério pelo estado

Nos últimos anos o trabalho dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná tem batido recordes e se destacado em relação aos demais estados do país. Ao analisar o quadro nacional de arrecadação, os resultados do Paraná refletem o comprometimento e a eficiência do trabalho sério realizado pela categoria fiscal.

Entre 2010 e 2014, nosso estado conquistou um dos cinco maiores índices de crescimento na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de acordo com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) do Ministério da Fazenda.

Se comparado aos estados das regiões sul, sudeste e centro-oeste, que representam as maiores economias do país, o resultado do Paraná se destaca ainda mais, apresentando o maior índice de crescimento de todos eles.

A arrecadação passou de R\$ 13,8 bilhões em 2010, para R\$ 22,8 bilhões em 2014, somando uma evolução de 64%.

Além disso, o Fisco paranaense também teve uma grande arrecadação no ano passado. Foram R\$ 24,9 bilhões arrecadados com o ICMS.

De acordo com a diretoria do SINDAFEP, é graças ao trabalho da Receita Estadual que o estado consegue garantir estes recursos.



“Com exceção dos repasses federais, o estado só tem uma fonte de receita basicamente. É com o trabalho do Fisco que o estado provê os recursos para suprir suas demandas e as necessidades da população, com a aplicação em investimentos e serviços públicos”, esclarece o vice-presidente Sindical do SINDAFEP, Wanderci Pollaquini.

AUTONOMIA E VALORIZAÇÃO

Sendo a Receita Estadual a instituição responsável por abastecer os recursos do estado, valorizar o trabalho dos Auditores Fiscais, dar mais autonomia e fortalecer o Fisco são medidas fundamentais para conseguir estas melhorias para a população.

“A partir do momento em que se valoriza este trabalho, criando estrutura, condições, e garantindo auto-

nomia ao Fisco, os resultados tendem a ser ainda mais positivos. Estudos realizados pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias (Ciat) comparando as administrações tributárias de todo o mundo, comprovam que quanto mais autonomia e valorização, melhores são os resultados em termos de arrecadação e menores os índices de sonegação fiscal”, destaca Pollaquini.

De acordo com levantamento da Revista Carta Capital, a sonegação no Brasil é um problema sete vezes maior do que a corrupção. O ICMS está entre os impostos mais sonegados.

“A sonegação é um dos maiores problemas do nosso país. Ter um Fisco fraco acaba contribuindo para este problema. Por isso lutamos tanto por mais autonomia e valorização da instituição e da categoria”, finaliza Pollaquini.

Nota de esclarecimento sobre o depoimento de Luiz Antônio de Souza

O SINDAFEP vem a público esclarecer alguns pontos sobre o depoimento do Auditor Fiscal Luiz Antônio de Souza em decorrência da Operação Publicano.

As afirmações divulgadas pela mídia não refletem a realidade, uma vez que os dados do Confaz mostram que de 2010 a 2014 o Paraná foi um dos estados que mais aumentou a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), obtendo um crescimento de 64% durante o período, à frente dos demais estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Esse resultado só foi possível com o trabalho comprometido dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, que se empenham em realizar suas atividades com eficiência e seriedade.

Mais uma vez, o SINDAFEP repudia as generalizações sobre a categoria, que é formada em grande parte por servidores comprometidos e que trabalham diariamente para construir um Paraná melhor.

O Sindicato entende que as investigações são necessárias, porém não de-



SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ

vem prejudicar a imagem da categoria com julgamentos e generalizações que possam ferir irremediavelmente a honra e a vida de centenas de pessoas que sequer estão incluídas em qualquer investigação.

Nota de esclarecimento sobre a promoção dos Auditores Fiscais

Em vista das informações divulgadas no blog de Cícero Cattani em 13 de março, sobre as promoções dos Auditores Fiscais paranaenses, o SINDAFEP vem a público esclarecer alguns pontos desta pauta histórica da categoria.

O processo de promoção dos Auditores Fiscais iniciou em 2011, com a previsão de avanço de uma letra pela Coordenação da Receita do Estado, em face ao cumprimento do interstício de dois anos previsto na lei de regência.

Em 2013 os Auditores haviam adquirido direito à nova promoção. Entretanto, mesmo com todos os requisitos cumpridos, ambas as promoções não foram implementadas.

Entraves como as sucessivas trocas de secretários da Fazenda impediram sua efetivação.

Apenas em maio de 2014 o governador do estado do Paraná, Beto Richa, assinou o Decreto 10.937 autorizando a efetivação das promoções,

condicionadas aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com efeito financeiro futuro e de forma parcelada, junto com outras categorias de servidores públicos.

O SINDAFEP repudia qualquer intenção de veiculação de notícias incertas e que faltem com as verdades dos fatos.

A promoção dos Auditores, como em qualquer carreira de servidor público, é fruto de previsão legal e assim deve ser tratada.

Comissão estuda proposta de mudança estatutária do SINDAFEP

Para acompanhar as mudanças do movimento da categoria fiscal, o Sindicato também precisa se modernizar. Por isso, foi criada uma Comissão de Revisão Estatutária – que deverá estudar e elaborar uma proposta de alteração do estatuto do SINDAFEP.

A decisão de instituir a comissão foi do Conselho de Representantes Sindicais (CRS) da entidade, durante reunião realizada em 24 de fevereiro.

A comissão foi composta pelos Auditores Fiscais Agenor Carvalho Dias, Fernades dos Santos, João Marcos de Souza, José C. Endlich, Manoel M. Neto, Paulo Cesar da Cunha e Souza, Rodrigo A. de Oliveira e Sandra R. Alves.

MODERNIZAÇÃO

A última atualização no estatuto do SINDAFEP havia sido feita em 2004 e, por conta disso, alguns pontos precisam ser modernizados na estrutura do Sindicato.

Em seu trabalho, a comissão deverá verificar os pontos conflitantes do estatuto que causam dúvidas ou estão obsoletos.

“É importante atualizarmos o estatuto para as demandas atuais, considerando o tempo decorrido e as mudanças no cenário político. Questões como a estrutura da nossa carreira e o quadro de filiados ativos e inativos também precisam ser analisadas. Será uma modernização da estrutura em relação às demandas da classe e da socie-



REUNIÃO DO CRS QUE INSTITUIU A COMISSÃO DE REVISÃO ESTATUTÁRIA

dade”, destaca o membro da comissão Fernades dos Santos.

Entre os pontos a serem analisados pela comissão estão, por exemplo, a adequação da estrutura do Sindicato, a revisão dos cargos que compõem a diretoria da entidade, o direito dos novos Auditores a serem eleitos pela categoria e os serviços oferecidos pela entidade.

PROCESSO DEMOCRÁTICO

Para atender aos anseios reais e atuais da categoria, os membros da comissão ouviram a opinião dos filiados. Auditores de todo o estado encaminharam suas sugestões aos membros da comissão na primeira quinzena de março.

O estudo de mudança estatutária será levado para apreciação do CRS e da diretoria do Sindicato, mas quem decidirá sua aprovação será a própria categoria do Fisco, durante Assembleia Geral Extraordinária.

“O SINDAFEP representa a categoria, então nosso trabalho acontece em conjunto com os Auditores, ouvindo o que eles querem. Isso até tranquiliza a categoria, porque ela já sabe o que está sendo discutido. Mesmo porque, a mudança do estatuto tem que ser via assembleia e com quórum qualificado”, esclarece o membro da comissão João Marcos de Souza.

A previsão é de que o estudo seja finalizado ainda no primeiro semestre deste ano.

COMO A ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO NO ESTATUTO OCORREU HÁ MAIS DE DEZ ANOS, ALGUNS PONTOS PRECISAM SER MODERNIZADOS.

Frente parlamentar deve fortalecer a luta do Fisco pela aprovação da PEC 186

A luta dos Auditores Fiscais por mais autonomia e pelo fortalecimento da Administração Tributária está ganhando cada vez mais proporção no Congresso Nacional. Em março, foi criado um importante elemento para esta luta, a Frente Parlamentar em Defesa do Fisco.

A Frente, coordenada pelo deputado federal Cabo Sabino (PR-CE), foi instalada em 10 de março na Câmara dos Deputados e deverá ser lançada oficialmente em breve no Congresso Nacional.

De acordo com Sabino, o objetivo principal da Frente é praticar cada vez mais a justiça tributária e buscar a autonomia do Fisco.

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2007 é um dos principais temas a serem tratados pela Frente. Há anos a Fenafisco vem lutando pela aprovação da PEC, que deve trazer mais transparência à Administração Tributária ao instituir a Lei Orgânica da Administração Tributária (Loat).

Outras matérias relacionadas à administração tributária e aos Auditores Fiscais também serão debatidas por esta Frente. Entre elas estão a reforma tributária, o combate à sonegação fiscal e o impacto social do trabalho realizado pelo Fisco.

“A Frente vai possibilitar que tenhamos mais discussões com os parlamentares. Isso é fundamental para que eles conheçam a Administração



Tributária, o trabalho dos Auditores e a estrutura do Estado; e para que possam votar as matérias com plena consciência de que estão fazendo o melhor para a sociedade e para o Brasil”, esclarece o presidente em exercício da Fenafisco, João Marcos de Souza.

Antes mesmo do lançamento oficial, 232 deputados já integram a Frente. Além dos parlamentares, a Fenafisco e seus sindicatos, entidades que compõem o Fórum Nacional do Fisco e a sociedade também poderão contribuir com os debates.

“A quantidade de projetos que tramitam no Congresso é desumana, é praticamente impossível querer que um deputado entenda de todas as matérias sem ter alguém para explicar as vantagens e mudanças que o projeto traz. Então nos colocaremos à disposição para prestar assessoramento nas matérias e passar as informações”, explica Souza.

MOBILIZAÇÃO DOS AUDITORES

Mesmo com a criação da Frente Parlamentar, as mobilizações dos Auditores no Congresso Nacional continuarão intensas.

A Fenafisco em conjunto com seus sindicatos filiados já retomou o trabalho de coleta de assinaturas para o ofício que solicita a inclusão da PEC 186/2007 em pauta. 16 dos 30 líderes já assinaram o documento.

“No ano passado o SINDAFEP já fez um importante trabalho com os parlamentares. Além de conseguirmos a assinatura do líder do Partido Popular Socialista (PPS), Rubens Bueno, também conseguimos articular para que líderes de outros estados assinassem o ofício. Neste ano continuaremos nesta luta pela aprovação da PEC 186/2007”, destaca o vice-presidente Sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

SINDAFEP contribui para a luta em defesa do teto do funcionalismo

Ao longo dos anos, o SINDAFEP tem realizado uma ação sindical muito forte tanto com a categoria do Fisco paranaense, quanto no movimento nacional em defesa de projetos que afetam os Auditores Fiscais.

Avançando nesta atuação, o Sindicato tem desempenhado papel fundamental na luta em defesa do teto do funcionalismo público. Graças à articulação realizada pela diretoria do SINDAFEP, representantes da Fenafisco conseguiram se reunir com o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) – relator do Projeto de Lei (PL) 3.123/2015 na Comissão de Finanças e Tributação.

O PL disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e servidores públicos da União, dos estados, Distrito Federal e municípios.

“Nós articulamos a reunião de Curitiba para que o deputado recebesse a Fenafisco em Brasília. A importância da atuação do SINDAFEP nessa movimentação foi destacada inclusive pela própria Federação, que nos parabenizou pela agilidade”, conta

“O PROJETO É IMPORTANTE PORQUE POSSUI ALGUMAS EMENDAS QUE TRATAM DE GARANTIAS COMO O TETO CONSTITUCIONAL.”

Wanderci Polaquini



o vice-presidente Sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

O encontro foi realizado em 23 de fevereiro, na Câmara dos Deputados.

PROJETO DE LEI

“O Projeto é importante porque possui emendas que tratam de garantias como o teto constitucional, com a possibilidade de fixação do teto com base no subsídio dos desembargadores nos estados, e a questão da proporcionalidade do teto constitucional em função da carga horária”, esclarece Polaquini.

No que se refere ao Fisco estadual e distrital, há três emendas do Projeto

que podem interferir nos direitos da categoria.

Entre elas estão a emenda oito, que inclui o Abono Permanência no cálculo do abate teto, e a emenda dez, que corrobora a opção do parágrafo 12 do artigo 37 – que faculta a adoção do teto único de desembargador nos Estados.

Outra emenda com efeito no Fisco é a nove, que evita que o valor do teto tenha como base a jornada de trabalho cumprida pelos servidores. Com isso, os Auditores não correriam o risco de ter sua carga horária reduzida pelo governo e, conseqüentemente, ter sua remuneração reduzida proporcionalmente a carga horária.

Durante o encontro, o deputado se comprometeu a defender as emendas reivindicadas pela Federação.

O PL já recebeu parecer da Comissão de Finanças e Tributação e agora segue para apreciação no Plenário da Câmara.

Conselho da Fenafisco encaminha luta em defesa do funcionalismo

Em 16 e 17 de março, o SINDAFEP se reuniu com representantes do Fisco de todo o país na 172ª reunião do Conselho Deliberativo (CD) da Fenafisco, realizada em Boa Vista, Roraima.

Os conselheiros debateram projetos que prejudicam tanto o Fisco quanto os estados - como, por exemplo, o acordo de renegociação da dívida dos estados mediante a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questões sindicais da Federação e seus filiados também foram tratadas. Entre elas estão as ações dos Auditores no Congresso Nacional pela aprovação de projetos de interesse do Fisco, a contribuição dos sindicatos à Fenafisco, e a agenda de eventos e atividades da Federação para o próximo período.

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

O Ministério da Fazenda e governos estaduais firmaram em março um acordo para alongar as dívidas dos estados com a União em 20 anos, e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em dez anos.

Pelo acordo, os estados mais endividados podem reivindicar até 40% de desconto nas parcelas, com abono limitado a R\$ 160 milhões por mês, por até dois anos. Já para os que não optarem por aderir ao desconto ou ao alongamento, o governo federal irá conceder prioridade na análise dos pedidos de liberação de crédito.



O problema é que, sob a justificativa de renegociar o índice das dívidas, o governo federal criará uma série de obrigações que serão prejudiciais para o funcionalismo de forma geral.

Uma das principais medidas que afetam o funcionalismo é o congelamento de qualquer reajuste por dois anos - já que os governos serão impedidos de conceder o percentual -, e a obrigatoriedade da instituição de fundos de previdência complementar para os servidores.

Para efetivar o acordo, os estados também deverão aprovar leis locais de responsabilidade fiscal e aumentar a alíquota da contribuição da previdência. Já os que quiserem o desconto, terão ainda mais limitações, inclusive para contrair operações de crédito e efetuar gastos com publicidade.

“Quase todas as medidas são prejudiciais. É contraditório porque já existe uma lei aprovada alterando o índice de

correção da dívida. Se aplicada, a correção já daria descontos para todos os estados e não haveria necessidade nenhuma de se criar novas regras que obrigam os estados a terem maior arrocho em suas atividades. Isso está interferindo na administração dos estados”, esclarece o presidente em exercício da Fenafisco, João Marcos de Souza.

Mostrando o repúdio do Fisco a este acordo de renegociação da dívida, durante a reunião do CD foi aprovada uma moção de protesto.

SONEGAÇÃO

O combate à sonegação fiscal no Brasil também foi bastante discutido pelos representantes dos sindicatos. Ao longo deste ano, a Fenafisco deverá realizar vários eventos nos estados para tratar do pacote antissonegação.

Já está programado um workshop sobre o tema em Brasília, para abril, e em São Paulo, para maio.

Moção de protesto

Fenafisco e sindicatos filiados

A Fenafisco – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, entidade sindical nacional, representativa dos Servidores Públicos Fiscais Tributários da Administração Tributária Estadual e Distrital e dos Sindicatos Filiados - representando mais de 31 mil filiados, esteve reunida na 172ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, na cidade de Boa Vista-RR, nos dias 16 e 17 de março de 2016, e à luz do Acordo de renegociação da dívida dos Estados, celebrada entre estes e o Ministério da Fazenda, aprovam a seguinte Moção de Protesto:

O Fisco estadual e distrital brasileiro e, por certo, o povo brasileiro, esperam da Presidente da República e dos Governadores medidas coerentes com a realidade brasileira e protetiva dos trabalhadores - os que sempre

pagam a conta das recorrentes crises que assolam o País.

Em lugar de oprimir os servidores públicos e precarizar ainda mais os serviços públicos oferecidos à população, inclusive com a suspensão de concursos públicos, os governos deveriam, por exemplo, reduzir o contingente de contratação de cargos comissionados; melhorar a qualidade do gasto público; combater a bilionária sonegação fiscal e reduzir a vultosa dívida ativa tributária - apenas para citar algumas das muitas medidas decentes e verdadeiramente capazes de enfrentar a crise econômica.

A solução da crise financeira, ademais das medidas de política macroeconômica, passa pela atuação forte e resoluta no sentido de combater a sonegação e a corrupção, de modo a assegurar que os recursos cheguem aos cofres públicos, na forma da lei, e sejam aplicados em benefício único da sociedade.

Não se pode aceitar que os estados e o Distrito Federal sigam a rota suicida de reduzir os investimentos nas atividades desenvolvidas pela Ad-



FENAFISCO

ministração Pública, em especial a Administração Tributária, que frustrarão ainda mais as receitas que os ajudariam a enfrentar a crise.

Pelas razões acima aduzidas, **PROTESTAMOS VEEMENTEMENTE** contra esse famigerado Acordo que fragiliza os Entes subnacionais, labora no sentido de fragilizar o serviço público, em geral, e as Administrações Tributárias, em particular; e fere gravemente o pacto federativo, na medida em que afronta a autonomia dos Estados e do Distrito Federal.

Boa Vista-RR,
17 de março de 2016.



Carta aberta à sociedade brasileira: O Fisco serve à sociedade, não aos governos

O Fórum Nacional do Fisco em razão de notícias recentes onde autoridades federais e agentes políticos externam o manifesto ânimo de interferir no trabalho desenvolvido pela Receita Federal do Brasil (RFB), vem a público expor o seguinte:

Sonegação e corrupção são crimes que se equivalem em iniquidade, porque ambos sangram os cofres públicos e reduzem drasticamente a possibilidade de nos constituirmos como um país socialmente justo.

Se a crônica impunidade aos corruptos e corruptores ao menos vem sendo enfrentada com uma série de iniciativas político-jurídicas, a começar pelo fortalecimento das Instituições encarregadas de fazer cumprir as leis, não se pode dizer o mesmo em relação à sonegação, que segue sendo tratada com pouco interesse pelos governos.

Os servidores das carreiras das Administrações Tributárias (autoridades tributárias) não atuam em nome de governos, mas da sociedade. Por atuarem numa zona de conflito entre o interesse público e o privado, carecem de prerrogativas que lhes assegurem proteção contra eventuais demandas, pressões e conveniências dos agentes políticos, não raro permeadas por interesses corporativos desfeitos ao interesse da coletividade.

A mesma imparcialidade e autonomia que se exige de um promotor ou de um juiz no exercício de suas funções, também se exige de uma autoridade tributária.

Destituído da autonomia consagrada na Constituição Federal, ao Ministério Público, titular da Ação Penal, não seria possível exercer um combate efetivo à corrupção.

É da falta de autonomia que padece o Fisco brasileiro, a mercê que está de toda sorte de ingerência política e econômica, impeditiva do exercício pleno de sua missão constitucional.

Aceitar a ingerência política no Fisco equivale a aceitar a injustiça tributária; o arbítrio; o clientelismo; o patrimonialismo; a corrupção e a sonegação.

Pugnar pela autonomia e prestigiar a índole estatal dessa Instituição,

essencial à sociedade, é colocar-se a favor da plena cidadania; da justiça social; e da possibilidade de redução da carga tributária pela via da eficiência na fiscalização e arrecadação.

A agenda da autonomia das Administrações Tributárias, consignada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186/2007, é contemporânea e profundamente democrática, porque é construtora de um Estado Social de Direitos no sentido da transparência, da repressão ao crime de sonegação e seus reflexos no equilíbrio das contas públicas, do aumento da capacidade de investimento público e, por consequência, da promoção de um país mais justo e solidário.

Fórum Nacional do Fisco

Brasília, 22 de março de 2016.



SINDAFEP encaminha proposta de negociação com o governo

No fim de fevereiro, por meio dos protocolos: 13.966.830-8; 13.966.627-5; 13.954.332-7 e 13.967.033-7, o SINDAFEP encaminhou pedido de negociação dos valores atrasados dos bolões e das 3.300 quotas para a Procuradoria Geral do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado da Administração e Previdência e a Paranaprevidência, respectivamente.

A Paranaprevidência já encaminhou resposta argumentando que, com o advento da lei 17.435/2012, a responsabilidade pelo pagamento é do estado do Paraná.

A proposta do Sindicato está fundamentada na disposição expressa no artigo 174-A, do Código de Processo Civil, que faculta aos entes federados resolver os conflitos administrativos pelas câmaras de mediação e conciliação.

Os valores devidos pelo estado do Paraná já foram reconhecidos pela justiça e, face à idade avançada dos credores, aposentados e pensionistas, o

SINDAFEP defende que a melhor solução é a negociação.



Plano de saúde da Unimed teve valores reajustados em março

Todos os anos, os valores dos benefícios oferecidos pelo SINDAFEP sofrem reajuste pelas empresas. Assim, desde março, o plano de saúde da Unimed, oferecido pelo Sindicato tem novos valores aos filiados.

Mesmo com a alta da inflação no último ano, que, em vista da crise econômica fechou 2015 em 10,67%, o SINDAFEP conseguiu negociar e garantir um percentual bem abaixo para os Auditores Fiscais. Para este ano, serão apenas 8,13% de aumento nas mensalidades da Unimed. “Mesmo com o reajuste, o nosso plano de assistência médica é um dos que tem os



mais baixos custos e a melhor qualidade existente o mercado”, destaca o presidente do SINDAFEP, José C. Carvalho.

O Sindicato possui dois tipos de planos, um de cobertura total e ou-

tro com coparticipação – cuja regra não foi alterada, a coparticipação continua como 50% nos exames e consultas, limitado a R\$ 50 por procedimento.

O papel da mulher na sociedade é destaque no 27º Encontro do SINDAFEP



A noite de 11 de março foi marcada pelo 27º Encontro do Dia Internacional da Mulher, promovido pelo SINDAFEP. Neste ano, além das homenagens, o papel da mulher na sociedade atual foi um dos destaques do tradicional jantar.

O palco dessa grande festa da família Fiscal paranaense foi a Sociedade Thalia. O sucesso do evento foi tanto, que o salão com capacidade para 500 pessoas ficou lotado por Auditores Fiscais ativos, aposentados, pensionistas, familiares e diversas autoridades.

Durante a cerimônia, a diretoria fez uma breve prestação de contas à categoria Fiscal sobre as ações da entidade nos últimos anos e os desafios enfrentados.

“Mesmo com todas as dificuldades conseguimos fazer a defesa que

tínhamos que fazer e levar à sociedade a cara do Sindicato. Estamos enfrentando dificuldades sim, mas estamos de pé, porque trabalhamos com seriedade e transparência”, destacou o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho.

Outro importante momento da noite foram as homenagens. Tradicionalmente, o SINDAFEP sempre elege uma mulher para ser homenageada no jantar. Mas, neste ano, a entidade realizou um processo mais amplo e ouviu da base quem seria a melhor representante para a singela deferência.

Cada Delegacia Regional da Receita (DRR) encaminhou sua sugestão e houve empate entre três candidatas. O Sindicato realizou, então, uma celebração tripla no jantar. Foram homenageadas a deputada esta-

dual Cláudia Pereira, a presidente do Programa de Voluntariado Paranaense (Provopar Estadual), Carlise Kwiatkowski, e a inspetora Geral de Arrecadação da Coordenação da Receita do Estado (CRE), Suzane A. Gambetta Dobjenski.

“Abrimos a escolha da homenageada para os nossos colegas, democraticamente. Isso foi uma novidade para o nosso Encontro e, além disso, as homenageadas receberam a notícia com surpresa, somente no momento do evento”, explica a vice-presidente de Administração do SINDAFEP, Nilce Costa de Oliveira Nascentes.

MULHER NO FISCO

A primeira homenageada da noite foi uma representante das mulheres

que compõem o quadro de Auditoras Fiscais.

No Fisco desde 1995, Suzane A. Gambetta Dobjenski já atuou em diferentes áreas na Receita. Na ocasião, ela destacou a importância do trabalho das mulheres para transformar nossa sociedade.

“Eu sou apaixonada pelo que faço. Nós somos privilegiadas por ter uma instituição forte por trás do nosso trabalho. Temos que lutar para que, enquanto Receita, possamos dar os recursos para o Estado fazer suas ações em proteção das mulheres e pessoas que têm menos condições”, afirmou a inspetora Geral de Arrecadação.

Mesmo com o Fisco ainda sendo composto por maioria masculina, o crescimento e a valorização das mulheres na instituição também foram lembrados.

“As nossas mulheres são verdadeiras guerreiras, que merecem homenagens não só como mulheres, esposas, mães e filhas, mas também como Auditoras. Sabemos que nosso quadro é composto por várias Auditoras e o trabalho delas deve ser valorizado. Elas têm todo o nosso respeito”, afirmou o delegado da 5ª Delegacia, Carlos Alberto Stadler.

**TRADICIONALMENTE,
O SINDAFEP SEMPRE ELEGE
UMA MULHER PARA SER HOMENAGEADA
NO JANTAR. MAS, NESTE ANO, A
ENTIDADE REALIZOU UMA CELEBRAÇÃO
TRIPLA NO JANTAR.**



MULHER NO PODER

Nos últimos anos, a participação das mulheres nos espaços de poder tem crescido. Para simbolizar a importância do papel das mulheres nas instâncias políticas da sociedade, a segunda homenageada pelo Sindicato foi a deputada estadual Claudia Pereira. Claudia é esposa do Auditor Fiscal e prefeito de Foz do Iguaçu, Reni Pereira.

“Eu tenho um carinho muito especial pelo Fisco. Estarei sempre junto com vocês e espero fazer jus a essa homenagem, vou trabalhar com comprometimento e firme para isso. Eu fico feliz de estar recebendo essa homenagem. Este momento é um grande estímulo para que as mulheres sejam enaltecidas em todos

os espaços”, declarou a deputada estadual.

TRABALHO PELA SOCIEDADE

A terceira homenageada foi uma mulher que trabalha há anos para melhorar a vida da população carente do estado do Paraná. Carlise Kwiatkowski é responsável por comandar uma instituição que busca atender pessoas em vulnerabilidade social e que não têm acesso a alimentos, agasalhos e outros insumos essenciais.

“Infelizmente nem todas as mulheres são privilegiadas como nós. A violência doméstica atinge uma mulher a cada cinco minutos no Brasil. Então, nesse Dia Internacional da Mulher, temos que levar uma mensagem de igualdade, com a mulher conquistando seu espaço. Vamos trabalhar por uma sociedade melhor”, frisou Carlise.

FESTA

Além da boa companhia, durante toda a noite a categoria fiscal aproveitou de boa música e alta gastrono-

Social

mia, com um cardápio especialmente selecionado para o jantar.

A dupla Yago & Santhiago agitou a noite com vários ritmos que levaram os convidados para a pista de dança. E, para as mulheres que gostam de dançar, mas não tinham parceiro, o SINDAFEP disponibilizou dançarinos para as acompanharem.

“É sempre importante celebrar o Dia da Mulher. É uma boa oportunidade de entrosar o pessoal da ativa, os novos Auditores e os aposentados. Está tudo muito bonito e bem organizado, eu participo todos os anos”, afirmou a Auditora Fiscal aposentada Alair Favoreto.

Algumas participantes do evento levaram para casa mais do que boas recordações. Durante o Encontro o SINDAFEP realizou o sorteio de alguns brindes especiais, como maquiagens e joias Swarovski.

“É muito gratificante vir em uma festa tão bonita e ainda acabar levando um presente. Agradeço ao Sindicato, tive muita sorte. Essa festa é sempre maravilhosa, pois podemos reencontrar amigos e comemorar nosso dia”, contou Keli Cristina A. Sobral, esposa de Auditor Fiscal.

**NO ENCONTRO
O SINDAFEP
REALIZOU O
SORTEIO DE
ALGUNS BRINDES
ESPECIAIS, COMO
MAQUIAGENS E
JOIAS SWAROVSKI.**



Audidores trabalham para mostrar projetos que beneficiam a população

Valorizar e fomentar ações que melhoram de fato a vida da população e o desenvolvimento da comunidade é a missão do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR).

Entre 1º de março e 1º de agosto, estarão abertas as inscrições dos projetos para o Prêmio. Gestores públicos de todo o estado podem participar e inscrever os projetos que desenvolvem em sua região.

A escolha dos projetos participantes é feita pelos Auditores fiscais responsáveis pela avaliação da premiação. Os profissionais já estão circulando pelo estado em busca de projetos públicos de qualidade nos municípios. Uma tarefa fundamental para a promoção das boas práticas realizadas no estado.

“Sabemos que muitas boas ações estão sendo feitas em nosso estado e precisamos mostrá-las para a população. Se inscrever no PGP-PR não é só concorrer a uma premiação, é mostrar o que está sendo feito para melhorar a vida da comunidade e poder ajudar mais pessoas a também participarem dessa mudança – já que nosso banco de projetos permite que os projetos sejam compartilhados”, destaca o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Em 2016, o PGP-PR terá como tema “Trabalho: O município promove. O Paraná avança”. O objetivo é fomentar as



ações de desenvolvimento do trabalho e capacitação profissional realizadas para combater os desafios da recessão econômica e do desemprego que atingem o país.

No entanto, os gestores não precisam pensar apenas em projetos relacionados ao trabalho. O Prêmio aceita iniciativas voltadas para outras áreas das funções de governo, como educação, saúde, gestão ambiental, segurança pública, agricultura, assistência social, administração, cultura e todas as funções de governo previstas na portaria 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog).

DIVULGAÇÃO

O Comitê Técnico do PGP-PR vem discutindo meios de ampliar a divulgação da premiação pela categoria Fiscal e, conseqüentemente, ampliar ainda mais a participação dos municípios este ano.

Para envolver os gestores, a sociedade e as lideranças políticas no PGP-PR, o Comitê deverá fazer visitas aos parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), às associações de municípios e a outras entidades para conversar sobre a iniciativa e entregar os materiais de divulgação.

MP reconhece e atesta transparência nas ações e projetos do Provopar Estadual

Em 2015, uma denúncia anônima encaminhada pela Promotoria do Patrimônio Público de Curitiba ao Ministério Público acusava irregularidades no Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar Estadual).

Entretanto, segundo o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Paraná (MP-PR), Gilberto Giacoia, a acusação era uma inverdade.

Em reunião com a presidente do Provopar, Carlise Kwiatkowski, juntamente com conselheiros da instituição, em 18 de fevereiro, o procurador-geral reconheceu e atestou a transparência em todas as ações, projetos, campanhas e condutas administrativas do Provopar Estadual.

A denúncia afirmava que a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, esposa do governador do Paraná, teria exigido R\$ 2 milhões para que o marido assinasse o decreto n.º 10.937, publicado em 5 de maio de 2014, para a promoção de Auditores Fiscais. A denúncia anônima afirmava, ainda, que os supostos depósitos na conta do Provopar Estadual foram destinados à campanha de reeleição de Beto Richa.

Diante da denúncia anônima e acusação, o Provopar Estadual imediatamente prestou todas as informações ao Ministério Público – apresentando documentos referentes à gestão 2011-2014 e comprovando sua



FONTE: FÁBIO CAMPANA

credibilidade e transparência na conduta de sua administração.

No entanto, para a diretoria do Provopar Estadual, os principais estragos causados pela falsa denúncia foram as inverdades publicadas por um grupo de comunicação.

“A maldade deste grupo de comunicação ultrapassou os limites, causando danos morais e pessoais a todos que trabalham no Provopar Estadual e àqueles que necessitam de ajuda. Além disso, nossa imagem foi denigrada e perdemos muitos parceiros que nos ajudavam com frequência. Lamento que um veículo de comunicação como esse tenha a frieza de distorcer os fatos, sem considerar o atendimento às famílias em vulnerabilidade social”, disse Carlise na reunião com o procurador-geral de Justiça.

Na ocasião, Giacoia reconheceu a integridade dos envolvidos no processo e a credibilidade do Provopar Estadual.

“Manifesto o sentimento de absoluto respeito ao trabalho que a instituição desenvolve em todo o estado do Paraná, visto a exposição que tiveram em 2015. Quando se trata de maldade e má fé, essas denúncias acabam atingindo a todos, especialmente aos funcionários e suas famílias, aos parceiros, às instituições e às pessoas que recebem ajuda. A mídia é formadora de opinião e, muitas vezes, acaba distorcendo os fatos, disseminando inverdades e causando estragos enormes à imagem das entidades. O interesse, em diversas situações, é jogar a opinião pública contra quem trabalha com transparência. Lamento muito o fato do Provopar Estadual ter sido vítima de calúnias e sofrido prejuízos por causa disso. Portanto, me coloco à disposição para auxiliá-los em novos projetos e parcerias”, afirmou o procurador-geral.

AUTOS

Confira nos autos do Ministério Público, alguns trechos:

“Confrontada a narrativa da representação anônima com a documentação apresentada, especialmente com o Resumo da Gestão 2011 a 2014 do PROVOPAR, autuado como apenso, nota-se que a Organização Não Governamental (ONG) buscou, durante o período documentado pelos resumos de gestão, aprimorar os métodos de gestão e gerenciamento de recursos, visando a diminuição de despesas e otimização dos resultados.”

“Além disso, há publicidade e transparência dos valores recebidos e dos gastos realizados, inclusive com a realização de auditorias externas.”

“Deve-se ser levado em conta, também, que não foram apurados, por meio destas auditorias externas, quaisquer desvios de finalidade ou malversação dos valores captados pela entidade.”

“[...] Não se verifica, portanto, nenhum indicio de destinação incorreta dos recursos captados pela entidade na forma “caixa dois” de campanha política, conforme sugerido na representação anônima.”

Vale lembrar que o Provopar Estadual é uma entidade privada e independente financeiramente. Sobrevive, basicamente, de doações e está voltada a prestar assistência social às pessoas em situação de vulnerabilidade social, selecionadas pelos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) em cadastro único voltado à promoção de programas sociais no âmbito federal, estadual e municipal.

Fonte: Fábio Campana



Recursos ajudam a melhorar a vida da população

.....

A denúncia anônima buscou denegrir tanto a imagem do Provopar Estadual, quanto a da categoria do Fisco – relacionando as doações dos Auditores Fiscais paranaenses para campanhas da entidade ao direito legal de promoção da categoria.

No entanto, de acordo com a lei de regência, os Auditores Fiscais tinham direito à promoção em 2011 e 2013, mas mesmo com todos os requisitos cumpridos, ambas não foram implementadas. Com a luta do SINDAFEP, as promoções foram realizadas em 2014, com efeito financeiro apenas em 2015.

Portanto, a pauta da categoria não tem qualquer relação com as ações do Provopar Estadual.

O Fisco apoia e contribui com muitos projetos que ajudam pessoas em vulnerabilidade social pelo estado. Nos últimos anos, milhares de pessoas receberam ajuda com as campanhas do Provopar Estadual.

De 2011 a 2015, por exemplo, foram mais de 414 mil famílias carentes atendidas somente pela Campanha Espalhe Calor. Aproximadamente 800 mil cobertores e mais de 2,5 milhões agasalhos e calçados foram distribuídos neste período.

Solidariedade do Fisco ajuda milhares de pessoas carentes em todo o estado

O princípio da solidariedade e de ajudar o próximo é muito presente na família fiscal paranaense. O SINDAFEP possui parcerias com diversas entidades e, em 2015, auxiliou milhares de pessoas com atendimentos ou contribuições nas áreas de assistência social, saúde e educação.

A Campanha Espalhe Calor, por exemplo, contou com a colaboração de parceiros do sindicato e chegou ao recorde de atendimentos em 227 municípios. Foram mais de 254 mil cobertores e quase 175 mil peças de roupas, agasalhos e calçados distribuídos para aqueles que não tinham como se aquecer nos dias frios.

As crianças sem condições de adquirir material escolar também foram auxiliadas neste ano que passou. Com o programa Volta às Aulas, 15 mil kits escolares foram entregues a alunos da rede pública de várias localidades do estado.

Outra iniciativa que teve a ajuda do Fisco foi a entrega de ovos de páscoa e caixas de chocolate, pela Campanha de Páscoa. Mais de 50 mil crianças carentes, em 65 municípios, foram beneficiadas.

Para o Provopar Estadual, um dos parceiros da SINDAFEP nestas ações, a ajuda da família Fiscal é essencial para resultados expressivos como esses. “Temos com este Sindicato uma história de conquistas. Quantas famílias já resgatamos.



Quantas mães tiveram a alegria de ver o filho recebendo um diploma através do SINDAFEP, um material escolar, um cobertor no dia de frio. Obrigada a todos pelo exemplo que deram para a sociedade paranaense”, afirmou a presidente da entidade, Carlise Kwiatkowski.

As campanhas de doação de Imposto de Renda (IR) também ajudaram a melhorar a vida de muita gente. Graças à contribuição da categoria à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional (Fepe), a arrecadação para o trabalho da entidade aumentou 700% entre 2015 e 2014. Isso possibilitou a ampliação do número e da qualidade dos atendimentos realizados às crianças e adolescentes da Fepe.

Também no tratamento de saúde, o Fisco contribuiu com mais de R\$ 12 mil em IR para as crianças do Hospital Pequeno Príncipe. Já

nos casos de câncer, as doações do Imposto à Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN) garantiram cerca de R\$ 100 mil para o desenvolvimento dos projetos Criança Bem Nutrida e Profissional Solidário. O auxílio foi equivalente à mais da metade do custo total dos projetos.

Com tantos resultados positivos, a diretoria do SINDAFEP segue com as parcerias neste ano e incentiva os Auditores para continuar com estes gestos por aqueles que mais precisam.

“Sabemos o quanto nossa contribuição faz a diferença na vida dessas pessoas. Enquanto Sindicato cidadão, nos preocupamos com a melhoria da nossa sociedade e incentivamos essas ações para que a solidariedade faça cada vez mais parte de nosso dia-a-dia”, destaca o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho.

Aposentados e pensionistas retomam atividades no SINDAFEP

Depois de alguns meses de descanso, em 31 de março os aposentados e pensionistas retomaram as atividades no SINDAFEP. Nem mesmo a chuva desanimou os Auditores a participar da primeira reunião mensal deste ano.

O andamento dos processos judiciais que envolvem o segmento foi um dos principais assuntos discutidos. Hoje muitas ações que já tiveram parecer positivo para a categoria estão travadas, aguardando a efetivação do pagamento. Em razão disso, o SINDAFEP elaborou uma proposta de acordo administrativo judicial e protocolou na Sefa, Seap, Paranaprevidencia e PGE.



Ainda na reunião, a diretoria do Sindicato destacou a importância da participação dos aposentados e pensionistas nas eleições deste ano, bem

como a importância da boa análise dos candidatos à próxima gestão.

As ações do SINDAFEP no Congresso Nacional também foram debatidas.

Prepare-se, o VI Seminário do Fisco Paranaense já tem data marcada

Os Auditores Fiscais já têm um importante evento do SINDAFEP para marcar em seu calendário. De 17 a 19 de maio será realizada a sexta edição do Seminário do Fisco Paranaense.

Com o tema *Os Desafios Contemporâneos no Setor Público*, o evento deverá envolver os Auditores no debate sobre a conjuntura crítica nacional e estadual, e o apontamento das possíveis soluções no âmbito do funcionalismo público.

A programação do Seminário conta com diversas palestras sobre assuntos como as crises política, econômica, moral e ética, e o gerenciamento de crise.



“Nosso objetivo é dar aos Auditores uma visão abrangente dos desafios que temos a enfrentar enquanto servidores

e enquanto Receita”, esclarece o presidente do Sindicato, José C. Carvalho. Em breve mais informações.

Regional

Estrutura para lazer e esportes na regional de Jacarezinho

Além de toda a estrutura que o SINDAFEP oferece, os Auditores Fiscais da 6ª DRR, em Jacarezinho, também podem desfrutar de momentos de descanso, lazer e confraternização na Associação dos Funcionários Fiscais de Jacarezinho (Afisjac).

De acordo com o presidente da Associação, Julio Tomihiko Manabi, a entidade existe há mais de 30 anos e foi fundada pelos próprios Auditores da região, que angariaram recursos para conseguir montar a estrutura para a família fiscal.

“Um grupo de Auditores se reuniu, adquiriu o terreno e foi buscando fazer benfeitorias. Com o passar do tempo, o pessoal foi se engajando e, mais tarde, conseguimos uma doação para a construção da Associação, época em que ela foi fundada”, conta Manabi.

Apesar de pertencer à regional de Jacarezinho, a sede da Afisjac está localizada a aproximadamente dez quilômetros da cidade, em Santo Antônio da Platina, às margens do Rio Jacarezinho.

A Associação conta com uma ampla estrutura, que foi toda adequada no último ano às normas de segurança exigidas pelo Corpo de Bombeiros.

FESTAS

O salão de festas, de aproximadamente 350 metros quadrados, é o principal atrativo da Afisjac e também o cenário de muitas festas e celebrações. O espaço é todo climatizado e equipado para oferecer conforto aos Auditores.



Alguns eventos são feitos periodicamente pela direção da Associação, como jantares mensais e o tradicional jantar de confraternização de fim de ano. Mas algumas festas temáticas realizadas no salão também atraem o pessoal, como o “Arraiá Afisjac”.

“Procuramos, a cada um ou dois meses, fazer um jantar para reunir nossos associados e familiares. Este é um espaço de juntar o pessoal, fazer uma reunião, evento, e nessas confraternizações sempre temos bastante participação”, destaca Manabi.

Os associados que quiserem fazer alguma comemoração também podem alugar o salão de festas sem qualquer custo adicional. Um atrativo para a categoria.

Além disso, a Afisjac também cede a estrutura para sediar eventos beneficentes que angariam recursos para entidades sociais, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), entre outras.

ESPORTE

A sede também oferece aos Auditores um espaço para a prática de esportes, já que é equipada com campo de futebol, quadra de bocha e vestiários.

Pelo menos uma vez por semana, alguns times se reúnem na Associação para uma partida de futebol. Segundo Manabi, os Auditores da 6ª DRR também costumam fazer os treinamentos para os jogos da Fiscalíada lá.

MELHORIAS

Para este ano, o presidente afirma que pretende fazer algumas melhorias na sede da entidade. A principal delas é o projeto paisagístico, para proporcionar aos associados um ambiente mais agradável.

Além disso, serão feitas a troca e a manutenção de alguns dos equipamentos da cozinha mais usados para os eventos, e ainda a regularização da documentação do local, com averbação das instalações junto à planta do imóvel.